



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA VILA DE PEREIRA

ATA N.º 08/2016

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2016

I - ABERTURA

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, sob a Presidência de Ricardo Jorge Teixeira Martins, secretariado por Delmina Maria Ferreira Leitão e Manuel Rasteiro Gaspar, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Pereira, no edifício-sede da Junta, com a presença dos restantes membros deste órgão, Carlos Rafael Dias Pinto, Maria Fernanda Ferro, José Figo Letra, Sandra Maria Rasteiro Gonçalves, Jorge Rodrigues Gamito e Carlos Carvalho Ferreira. Presentes estiveram também os membros do executivo da Junta de Freguesia, Rui Jorge Félix de Almeida Roxo, Ana Maria dos Santos Ribeiro e Salvador António Simões Félix.-----

Foi a seguinte a ordem de trabalhos:-----

1.º LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLEIA ANTERIOR;-----

2.º INFORMAÇÕES;-----

3.º DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2017.-----

II - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Assembleia dá início à sessão cumprimentando os membros da mesa e todos os presentes, justificando a sua ausência na sessão ordinária de setembro por motivos profissionais. -----

Começa por comunicar aos membros da mesa que à semelhança da sessão de julho, será aditado um quarto ponto à ordem de trabalhos referente aos acordos de execução entre a CMMV e a Junta de Freguesia.-----

De seguida deu a palavra aos membros da mesa para, a existirem, apresentarem as suas moções.-----

Não existindo, passa ao período da ordem do dia.-----

III - ORDEM DO DIA-----

Quanto ao **ponto um** da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia de Freguesia refere que existem dois erros na ata da anterior assembleia que serão corrigidos, questionando se prescindem da leitura integral da mesma, ao que todos concordam. Posteriormente, levando-a à apreciação, propõe a sua votação, sendo aprovada por maioria, com sete votos a favor e duas abstenções.-----

Quanto ao **ponto dois** da ordem de trabalhos começa o Presidente da Assembleia por dar a palavra ao Presidente da Junta para que coloque os presentes ao corrente do que foi feito durante o interregno entre a última assembleia e a presente.-----

No uso da palavra, o Presidente da Junta cumprimenta o Presidente da Assembleia, os membros da mesa e os demais presentes, referindo que tal como foi facultado a todos os membros da mesa, há uma lista de trabalhos realizados entre a Assembleia passada e a atual, passando à sua indicação sumária: resolução assídua dos problemas de iluminação pública; levantamento dos buracos da via pública e pedido à CMMV a sua reparação; identificação e pedido de resolução de fugas de água canalizada e entupimento de caixas de saneamento básico; atendimento mensal do executivo na escola primária dos Casais Velhos; deserbagem e limpeza da Rua de Santiago, Estrada n 341, Rua do Tojal, Rua do Bárrio, Rua Olegário Pimentel, Rua Nª Sra. do Pranto, Rua José Augusto Mendes dos Santos, Rua dos Cabecinhos, Rua de Santa Rita, Rua da Torre, Largo da Torre, Rua das Gonçalves, Rua dos Mortórios, Rua da Misericórdia, Largo da Cheira, Largo de Santo Estêvão, Urbanização da Quinta da Dona Teodora, Urbanização da Quinta de São Luiz; Corte da relva dos jardins da freguesia; limpeza da UQSL; limpeza da zona envolvente à "praia fluvial; limpeza e manutenção dos jardins da EBI; reparação dos jardins da freguesia; reparação de passeios e calçadas; limpeza do cemitério; colocação de sepulturas e trabalhos no cemitério; limpeza mensal das casas de banho da Feira; reparações assíduas no posto médico de Pereira; trabalhos diversos de carácter social; limpeza e desassoreamento periódicos do ribeiro Falpêgo; limpeza do espaço envolvente à Junta; limpeza do lavadouro do Casal do Mito; automatização do portão do cemitério; colocação de placas informativas; abertura e reparação de caminhos florestais.-----

Informa ainda que a reunião com a comissão criada para a aquisição do trator ainda não se concretizou, uma vez que o orçamento da Nova Percampo ainda não foi entregue, referindo que o executivo não assumirá qualquer compromisso de natureza individual, assumindo sim o que constará de ata devidamente assinada por deliberado em assembleia, que é o compromisso de pagamento a sessenta meses. Refere que é um assunto que não está esquecido, até porque é um equipamento que muita falta faz à realização dos trabalhos, mas não podem assumir compromissos levianamente.-----

Comunica que o portão do cemitério se encontra automatizado, sendo que uma das folhas abre e fecha automaticamente, e que o horário semanal se manterá igual ao horário de fim de semana, para não existirem alterações ao programa do mecanismo do portão. Diz acreditar que o investimento realizado será pago num ano à semelhança do que se passou em outras freguesias, e que é um excelente investimento para a Vila.-----

Menciona especificamente a limpeza do Ribeiro que segue da Queijadinha até ao Porto Barreiro, porque era uma questão que levantava dificuldades de concretização pela CMMV e a APA, uma vez que a mesma nunca assumiu tal limpeza, e que apenas compete à Junta a limpeza do que se encontra no limite urbano. Não concordando com esta interpretação refere que decidiu o executivo proceder à limpeza do que se encontra a jusante do perímetro urbano, onde se forma uma bacia de amortecimento de modo a não se provocarem inundações no futuro, tendo contado com a colaboração da CMMV que se colocou no lugar da APA por forma a permitir a limpeza.

Refere o início da obra de recuperação da estrada do Traveiro, toda ela feita pelas máquinas e pessoal da CMMV, faltando apenas a compactação dos sólidos para a estrada se encontrar em condições de circulação.-----

Quanto ao problema da Ponte do Passo e às recentes novidades trazidas a público pelo Presidente da Câmara de Coimbra, em que o mesmo assume o protagonismo da solução encontrada, refere que foi com tristeza que as ouviu, uma vez que a solução foi efetivamente encontrada numa reunião que teve lugar na Câmara de Montemor-o-Velho, e em que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Freguesia de Pereira estiveram representadas, conjuntamente com os técnicos das Infraestruturas de Portugal. Na sequência da mesma, informa, os terrenos afetados por necessários à concretização da obra já se encontram expropriados, e que só *a posteriori* o Presidente da Câmara de Montemor informou o Presidente da Câmara de Coimbra da solução encontrada. Refere ainda a propósito que tem bastantes preocupações quanto ao tráfego naquele local durante a execução da obra.-----

Dá conta de que a escritura de usufruto da Extensão de Saúde para o novo edifício já se encontra efetivada, e que durante o próximo ano a mudança será efetuada.-----

Comunica que as estacas para a construção da rotunda do Olival do Senhor também já se encontram colocadas, e que em breve a obra será adjudicada para ser depois executada.-----

Informa que o inventário de bens da Junta de Freguesia já se encontra efetuado, mas não fechado, uma vez que existem bens que vão percebendo que pertencem à Junta e outros que não, e vão sendo assim adicionados ou retirados. Desse modo, e aquando da aprovação do inventário, terá que se fazer uma reserva para bens que possam eventualmente ser reclamados pelos legítimos donos, e outros que possam ser adicionados como pertencentes à Junta de Freguesia. O inventário existente reporta-se presentemente ao que se encontra nas instalações da Junta de Freguesia.-

Quanto ao assunto dos I-Phones e ao processo que se encontra a decorrer no Tribunal, já foi proferida sentença, tendo os arguidos sido condenados a seis meses de prisão suspensa pelo período de um ano e ao pagamento de quinhentos euros de indemnização, para além de já terem sido entregues à Junta de Freguesia dois I-Phones. Refere que ambas as partes no processo recorreram da sentença, por motivos diferentes, mas que a Junta de Freguesia recorreu atendendo a todos os custos tidos com o processo e à negociação que se viram obrigados a realizar com a Vodafone.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia interpela primeiramente a bancada do PSD para alguma questão que queira ver esclarecida, e, no uso da palavra, Carlos Pinto cumprimenta os membros da assembleia e os demais presentes, começando por dizer que as questões a colocar foram já todas abordadas pelo Presidente da Junta. No entanto, questiona o que vai ser concretamente feito na rotunda do Olival do Senhor. Apela a que o Presidente da Junta questione o Presidente da Câmara acerca do material que foi usado no alcatroamento das estradas, que claramente, diz, não foi bem alcatrão. Questiona ainda a falta do passadiço de emergência na passagem de nível, atendendo à recente cheia sucedida, e para quando a sua colocação; a problemática em torno da praia fluvial, e as novidades ou não acerca da mesma. Solicita ainda que o Presidente explique melhor o resultado final do processo dos I-Phones.-----

O Presidente da Junta pede à primeira secretária da Assembleia que esclareça o resultado do processo dos I-Phones, ao que a mesma começa por referir que este processo se encontra dividido em duas partes, apesar de na sua natureza ser um

processo crime, comportando assim a parte penal e a parte cível. Continua referindo que aquando da interposição pela Junta da queixa-crime, e que prosseguiu depois com a acusação por parte do Ministério Público, a Junta fez também um pedido de indemnização cível referente aos prejuízos que considerou ter. Como tal, a condenação comporta duas vertentes também, a penal, na qual foram condenados a seis meses de prisão efetiva mas suspensa na sua execução pelo período de um ano, período em que os arguidos não devem cometer qualquer crime da mesma natureza sob pena da suspensão ser revogada e terem assim que cumprir a prisão efetiva. Esta condenação ficará no registo criminal dos arguidos. Continua dizendo que na segunda vertente, a cível, o decaimento foi enorme, atendendo a que o pedido feito foi de catorze mil e oitocentos euros, e a condenação foi de quinhentos euros, tendo sido com fundamento neste decaimento que a Junta recorreu.-----

O Presidente da Assembleia questiona quanto já foi gasto com o processo, tendo o Presidente respondido que à data gastaram cerca de mil e setecentos euros, e que a taxa de justiça que liquidaram com o recurso para o Tribunal da Relação rondou os cento e trinta e seis euros.-----

Quanto à questão colocada acerca do material usado no alcatroamento nas estradas, esclarece que já teve oportunidade de falar com a Chefe de Divisão e com o Presidente da Câmara e de mencionar que há alguns troços em que não foi bem executado e como tal não se encontra em boas condições. Quanto à passagem de emergência refere que durante a semana verificou que se encontravam a decorrer trabalhos de soldadura e retificações, mas que o executivo se encontra a vigiar de perto a evolução dos trabalhos, não assegurando no entanto se tais intervenções se prendem ou não com a pretendida passagem de emergência.-----

Quanto à praia fluvial, reitera que aquele espaço se encontra concecionado à Junta, que mantém a conservação e manutenção do espaço, limpando assim o mesmo, tendo o executivo enviado um ofício à CMMV para romper o protocolo existente, uma vez que é a única entidade com autoridade para demolir construções ilegais. Foi, em consequência, prometido pela Chefe de Divisão Financeira da CMMV que seria a própria a resolver a questão, juntamente com o Dr. Pinto Correia. Refere que em todas as assembleias municipais tem o cuidado de pressionar para a solução deste caso, até porque, diz, aparecem projetos bastante aliantes para o referido espaço, mas que por se encontrar na alçada da CMMV não pode o executivo fazer nada, sobretudo enquanto ali permanecerem as construções ilegais.-----

Jorge Gamito questiona o Presidente da Junta para quando a pintura das passadeiras, informando que o mesmo terá falado com o Presidente da Câmara que lhe asseverou que tal trabalho seria efetuado por uma máquina especial, com recurso a tinta especial

também, mas que até à data, nada foi feito. Quanto ao processo dos I-Phones, refere que concorda inteiramente que se manifeste o desagrado com o valor indemnizatório da condenação, reforçando que a queixa feita não foi para ganhar dinheiro, tendo-se prendido mais com a intenção de penalizar os infratores por um acto e pela falta de educação, e para punir por um crime público cometido na e contra a Junta de Freguesia, e que crê ser isso o mais importante em detrimento das contas.-----

Congratula a equipa do executivo pela extraordinária melhoria verificada em relação aos espaços verdes da Freguesia, o que refere ser notório e ostensivo a todos, pois se reflete nas ruas mais limpas, nas árvores com tutores adequados, bem podadas e bem cuidadas, deixando assim o seu reconhecimento pelo esforço.-----

Carlos Pinto alerta ainda para a falta da publicação da ata de dezembro de dois mil e quinze, lapso esse que os secretários da assembleia asseguram será corrigido.-----

José Letra alerta o Presidente da Junta para a falta de um sinal junto ao Café Jomar, que deverá ser de sentido obrigatório, pois refere que continua a ver as pessoas a chegarem até ao terreno da Junta e voltarem para trás, o que considera não suceder se lá se encontrar o sinal de sentido obrigatório. Menciona ainda a questão do terreno onde se realiza a feira depois da ponte e ao acumular de águas pluviais, referindo que por diversas vezes já chamou a atenção, pois quando se acumulam as águas a circulação faz-se em contramão. Com o mesmo problema se encontra o túnel do ribeiro na ligação do Porto Barreiro e a cova que diz ali existir e que inunda quando chove porque não tem escoamento, bem como as grelhas da estrada dos Montes de Cima que se encontram entupidas, e tampas das caixas de eletricidade que não se conseguem abrir. Finaliza que verificou que uma moto roçadora se encontrava avariada aquando de trabalhos que os funcionários da Junta executavam com outras alfaias e que com pouco dinheiro poderia o executivo adquirir uma nova.-----

Em resposta, o Presidente da Junta começa por agradecer ao Jorge Gamito o reconhecimento dos trabalhos efetuados na manutenção dos espaços verdes da Vila, agradecendo o diálogo, apoio e o investimento feito pela Associação de Moradores da Urbanização da Quinta de S. Luís no mesmo sentido.-----

Quanto às passadeiras refere que esta é uma preocupação constantemente manifestada junto do Presidente da CMMV, e que pelo mesmo foi dito que quando se fizer será feito em todo o Concelho, por máquinas especiais e com recurso a tintas igualmente especiais, que acautelem o normal desgaste provocado pela passagem de viaturas.-----

Refere ainda que mesmo não tendo sido questionado, o abrigo da escola tantas vezes solicitado já se encontra orçamentado e que o passeio da periferia se encontra a ser executado.-----

Quanto ao sinal referido pelo José Letra diz não ter percebido o que pretende uma vez que todas as estradas que confinam com a artéria principal já se encontram associadas ao primeiro sinal obrigatório existente. Em relação às águas que se acumulam depois da ponte informa que assim que dispuserem de máquinas para o efeito, o problema será resolvido, mas que quanto ao outro assunto não poderão intervir. Refere que a estrada é da jurisdição da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), e que mais não poderão fazer, nem mesmo a CMMV. A Junta apenas vai tapando alguns buracos com alcatrão, o que faz durante o dia com os funcionários da Junta e até mesmo durante a noite com recurso a carros e outros meios particulares. As tampas das caixas de eletricidade e a forma como foram colocadas, alega que todos os moradores foram notificados pela CMMV, tendo-se concluído por acordo que a solução seria ou subir as caixas ou rebaixar a estrada. Quanto à moto roçadora desconhece a existência da mesma, apenas conhecendo como avariada uma motosserra.-----

O Presidente da Assembleia interrompe para dizer que se vive numa sociedade em que é sempre mais fácil a crítica que o elogio porque está ali à mão de semear, e que gostaria de relembrar e elogiar o que foi dito pelo Jorge Gamito, considerando que mesmo muito existindo a fazer, o que sempre vai acontecer, mas que atendendo aos enormes constrangimentos encontrados nos últimos três anos e três meses de mandato e que todos os presentes conhecem, a obra continua a ser feita, primeiro devagar, atendendo nomeadamente aquilo que foi o controlo e o abatimento pela renegociação da dívida herdada de cerca de quarenta mil euros. Crê que para a reposição da verdade se justifique que se percam cerca de quinhentos ou seiscentos euros. Recorda que quando o mandato se iniciou a Junta comportava uma dívida de quarenta mil euros, salários em atraso dos funcionários e três meses depois estes tinham os seus salários regularizados, sendo importante que se relembre e elogie o trabalho bem feito.-----

Passando ao ponto três da ordem de trabalhos "Discussão e aprovação do plano de atividades e orçamento para 2017", o Presidente da Assembleia dá de seguida a palavra à Ana Maria que, depois de cumprimentar os presentes, começa por referir que este será o último plano de atividades e orçamento apresentado pelo presente executivo. Refere que, tal como dizia o Presidente da Assembleia, a dívida que o atual executivo herdou não facilitou a tarefa, mas que com muito trabalho, determinação, empenho e objetividade, que se encontram a fazer desde o início do mandato, foi possível ultrapassar. Porque, diz, muito do trabalho feito ninguém os mandou fazer e como tal não se encontra escrito, como é o caso do portão do cemitério que lhes

permitiu autonomia. Relembra ainda que o executivo esteve um ano sem receber qualquer valor, tudo com o objetivo de deixar a casa arrumada, erguida e poderem sair de cara lavada. Começa por fazer um resumo do preâmbulo do plano de atividades de acordo com o documento que foi facultado aos membros da assembleia e que se encontra disponível para consulta pública. No final questiona se algum membro tem alguma dúvida que queira ver esclarecida.-----

Quanto ao orçamento para dois mil e dezassete, passa a palavra ao Salvador Félix que depois de cumprimentar todos os presentes, passa a explanar o plasmado no documento facultado aos membros da assembleia, encontrando-se disponível para consulta pública, do qual ressalta que a dívida atual é de cerca de três mil e trezentos euros, e que nada se encontra em dívida em relação aos fornecedores, questionando a final se há alguma dúvida que queiram ver esclarecida.-----

Jorge Gamito questiona a necessidade e razoabilidade de se encontrar previsto o valor do terreno no orçamento, dada a falta de interesse até à data manifestada; a renovação do contrato com o jardineiro será ou não para manter ou se o executivo perspetiva outro prestador.-----

O Presidente da Assembleia relembra que no início do mandato e depois de se ter tomado consciência da dívida existente, o plano seria reduzir a dívida cerca de vinte e cinco por cento ao ano, gradualmente, para tentar que em outubro de dois mil e dezassete se encontrasse a zero. Refere que é assinalável que a dívida se encontre presentemente noventa por cento saldada, e que a previsão de pagamento total é setembro de dois mil e dezassete, significando que quem vier a seguir terá pelo menos tudo pago e sem dívidas.-----

O Presidente da Assembleia leva o Plano de atividades e orçamento para 2017 a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

No aditado **ponto quatro à ordem de trabalhos**, "Discussão e aprovação do aditamento ao acordo de execução", o Presidente da Assembleia dá a palavra ao Presidente da Junta que refere que este aditamento vai ao encontro dos anteriores aditamentos, não existindo alterações quanto aos valores, apenas quanto à distribuição das semanas das máquinas pelas freguesias para a execução das obras necessárias.-----

O Presidente da Assembleia propõe a votação do aditado ponto quatro à ordem de trabalhos que é aprovado por unanimidade.-----

VI - DEPOIS DA ORDEM DO DIA-----

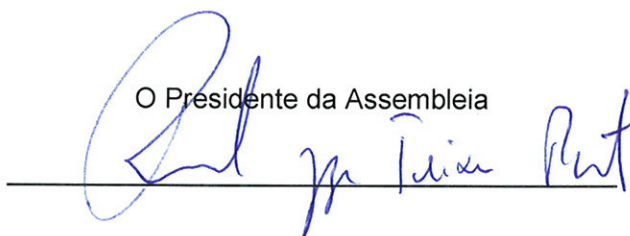
O Presidente da Assembleia, dirigindo-se aos presentes no público, dá a palavra para que sejam colocadas as questões que pretenderem, ao que um elemento do público, Bárbara, relembra que a questão colocada pelo Jorge Gamito quanto à manutenção ou não do jardineiro ficou por esclarecer.-----

Em resposta, o Presidente da Junta informa que, dada a satisfação que sentem em relação ao trabalho prestado, não é intenção do executivo alterar o contrato atual.-----

Por fim, e não havendo mais questões a colocar, o Presidente da Assembleia dá por encerrado o ponto de depois da ordem do dia.-----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deseja a todos votos de Boas Festas e declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.-----

O Presidente da Assembleia



A 1.ª Secretária



O 2.º Secretário

